

# Relatório de Gestão - 2019



Co-financiamento **POCH**

PORTUGAL  
**2020**



Certificação **PROFISSIONAL CERTIFICADA**

Redes Sociais

**Esproser - Escola Profissional, SA**  
Avenida das Tílias, nº 27 | 3640-211 Semancelhe  
Telefone: 254 550 020  
[www.esproser.pt](http://www.esproser.pt)

# ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

## Relatório de gestão

Ano findo em 31 de dezembro de 2019

Índice		
1	INTRODUÇÃO	4
2	ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	4
2.1	A nível internacional e europeu	5
2.2	A nível nacional	7
2.3	Os principais indicadores económicos do setor da Entidade	8
3	EXPECTATIVAS FUTURAS	9
3.1	Cenário macroeconómico	9
3.2	Cenário Interno	11
3.3	Cenário após a pandemia de COVID 19	13
4	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	13
4.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	13
	Das 4 rubricas de rendimentos da ESPROSER, verificamos um aumento de prestação de serviços e outros rendimentos e um decréscimo dos subsídios à exploração e dos juros e rendimentos similares obtidos. Em relação aos subsídios à exploração, a redução está relacionada com uma ligeira quebra no número de alunos subsidiados.	13
4.2	Estrutura de Gastos	14
4.3	PESSOAL	15
	Como referido no subcapítulo anterior, no cômputo geral assistimos a uma redução da massa salarial, essencialmente devido a uma baixa médica prolongada, que durou cerca de 1 ano, apesar de ter havido um acerto nos salários base dos auxiliares de ação educativa, devido ao aumento do salário mínimo.	15
4.4	EBITDA e Resultado Líquido do período	15
4.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	16
5	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
5.1	Posição financeira	16
5.2	Indicadores de Gestão	17
5.3	Rácios financeiros mais relevantes	18
5.4	Análise Económica	18
6	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	18
7	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	19
8	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	19
8.1	RISCO DE CRÉDITO	20
8.2	RISCOS DE MERCADO	20
8.2.1	RISCO DE TAXA DE JURO	20
8.3	RISCO DE LIQUIDEZ	20
9	COMPROMISSOS FINANCEIROS	20
10	QUESTÕES AMBIENTAIS	21
11	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	21
11.1	AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	21
11.2	Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	21
12	OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares	21
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22

## 1 INTRODUÇÃO

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., (*doravante designada por “Entidade”*), constituída em 15 de Junho de 1999 (entidade proprietária da Escola Profissional de Sernancelhe, criada em 6 de Julho de 1993) com sede social em Sernancelhe, com o capital social de 50.000€, representado por 10.000 ações e tem como atividade principal o Ensino Profissional.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2019.

É elaborado nos termos do Artigo 66º do Código das Empresas Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

## 2 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Devido às tensões políticas, nomeadamente entre os Estados Unidos e o Irão, e a tensões comerciais, em especial entre a China e os Estados Unidos, ao enfraquecimento do investimento privado e ao nível elevado de incerteza política, alguns dos analistas preveem um enfraquecimento do crescimento global para este e próximos anos.

Ao longo de 2019, os governos depararam-se com novos desafios, com o crescimento da insatisfação social em alguns países, levando a várias manifestações e protestos, assim como vários desastres naturais, como os incêndios na Austrália, cheias na África Oriental e seca extrema na África do Sul. O aumento das barreiras tarifárias entre os Estados Unidos e os seus parceiros comerciais, não só a China, mas também entre a União Europeia, denegriu o sentimento dos consumidores, tendo gerado também várias desacelerações cíclicas em diversas economias. Apesar de no final do ano terem surgido notícias positivas em torno destas negociações, não foram suficientes para mitigar este sentimento, que poderá repercutir-se também no setor produtivo e tecnológico.

Uma política monetária mais flexível deverá ajudar a recuperar a economia no curto prazo. No médio e longo prazo, os governos deverão trabalhar em conjunto para criar regras e taxas comerciais mais justas, de forma a impulsionar o investimento.

Nos próximos anos, os governos deverão focar-se em estratégias que levem a um mundo cada vez mais digital, apostando também em políticas que apoiem as energias renováveis, com vista à

diminuição das emissões de CO2, de forma a mitigar os riscos de estagnação do crescimento no médio e longo prazo.

## 2.1 A nível internacional e europeu

Após um abrandamento significativo da economia nos últimos três trimestres de 2018, o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para uma estabilização da atividade económica global em 2019. O aumento das tensões comerciais e geopolíticas desencadearam num aumento dos níveis de incerteza, refletindo-se por sua vez no nível de confiança dos investidores, levando a uma desaceleração do investimento, da produção e do comércio internacional. Assim, o FMI prevê um crescimento global de apenas 2,9% para 2019 – o valor mais baixo registado desde 2008.

Para as economias em desenvolvimento, o FMI prevê um crescimento de 3,7%, reflexo de algumas economias com um maior nível de stresse e baixo desempenho económico, como foi o caso da Índia, bem como de um desaceleramento económico na China, que se prevê que se situe nos 6,1% em 2019.

Nas economias avançadas, esta estabilização da atividade económica, em conjunto com as notícias favoráveis sobre os acordos entre os Estados Unidos e a China e a diminuição dos receios de uma má negociação do Brexit, reforçaram o sentimento dos mercados financeiros, já sustentado por cortes nas taxas dos bancos centrais, nomeadamente nos três cortes realizados na segunda metade de 2019 pelo banco central dos Estados Unidos (FED).

O mercado acionista também se mostrou positivo nas economias avançadas durante os últimos meses de 2019, e as obrigações soberanas, após ter-se verificado uma queda em setembro, começaram a recuperar também nos últimos meses de 2019. Nas economias emergentes, verificou-se também uma melhoria nos mercados de títulos.

Quanto às principais moedas, verificou-se um enfraquecimento de dois pontos percentuais no dólar americano e no yen japonês, enquanto que o renminbi chinês reforçou-se em cerca de 1,5%. Já a libra esterlina foi apreciada em 4 pontos percentuais desde setembro.

Apesar de continuar-se a verificar um aumento na criação de emprego (em alguns casos, num contexto de taxas de desemprego em níveis mínimos), a inflação dos preços do consumidor permaneceu estável nas economias avançadas, tendo-se notado no terceiro trimestre de 2019 uma estabilização no setor produtivo, mas algum enfraquecimento no setor dos serviços.

Co-financiamento



2020

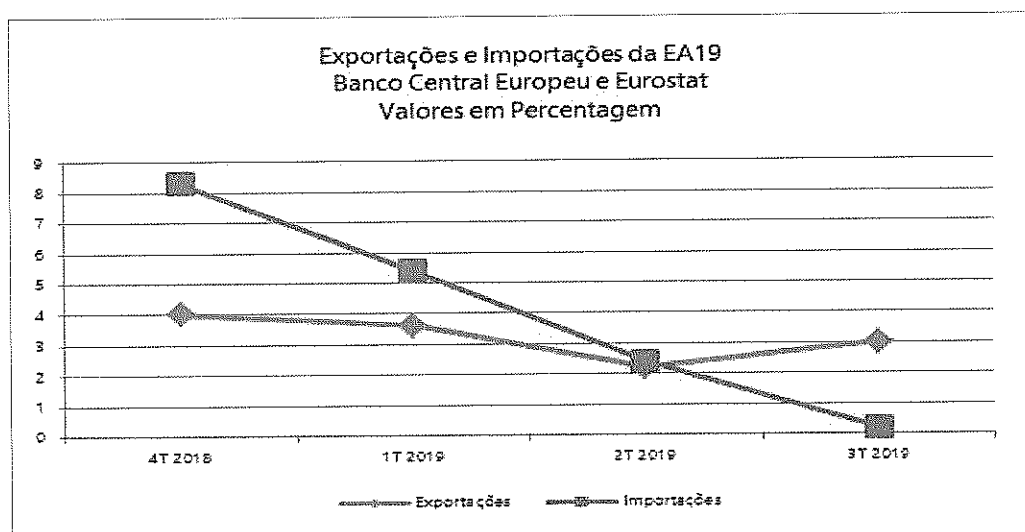


Durante os primeiros meses de 2019, o preço do petróleo apresentou uma tendência marcadamente ascendente, tendo subido cerca de 20 dólares por barril entre janeiro e maio, situando-se nos 70 dólares por barril, devido às fortes restrições do lado da oferta, nomeadamente pelo aumento das tensões no Médio Oriente. Entre junho e novembro registou-se uma trajetória mais moderada, tendo-se registado em meados de novembro um preço de 63 dólares por barril. Para o conjunto do ano, projeta-se um preço de 64 dólares por barril, uma redução de quase 10% face a 2018.

A economia europeia encontra-se no seu sétimo ano consecutivo de crescimento, apesar de se notar algum nível de abrandamento, devido sobretudo ao enfraquecimento dos setores comerciais e de produção, ainda assim mitigado pela melhoria na procura doméstica, nomeadamente no investimento. A Comissão Europeia prevê uma taxa de crescimento para 2019 de 1,1% para a zona euro (EA19) e de 1,4% para o conjunto dos países da União Europeia (EU28). Segundo a mesma, os países que mais contribuíram para este crescimento foram a Polónia (+1,3%), a Hungria (+1,1%) e a Estónia (+1,0%).

Já para o conjunto do continente europeu, o FMI aponta uma taxa de crescimento de 1,4%, bastante inferior ao verificado em 2018 (2,3%), notando-se uma forte diferença entre as economias avançadas, que registaram um decréscimo de 0,1% face a 2018, e as economias emergentes, que cresceram 0,5%.

Em termos comerciais, na EA19 registou-se um enfraquecimento da procura externa, especialmente nos países membros orientados para a exportação. Devido sobretudo à queda dos preços da energia, notou-se uma diminuição da inflação que, segundo projeções da Comissão Europeia, deverá situar-se em 1,2% em 2019 para a EA19 e nos 1,5% para a EU28.



## 2.2 A nível nacional

No Boletim Económico de dezembro de 2019, o Banco de Portugal aponta uma trajetória descendente da atividade económica, prevendo um PIB de apenas 2% para 2019, face aos 2,4% registados em 2018. Ainda assim, face ao primeiro semestre do ano, onde se registou um ligeiro abrandamento em comparação com o segundo semestre de 2018 (de 2,2% para 2%), o crescimento do PIB deverá manter-se estável na segunda metade de 2019, em parte devido ao crescimento do consumo privado durante o mesmo período.

Em termos anuais, o Banco de Portugal prevê para 2019 uma redução no crescimento das exportações de bens e serviços, para 2,8%, após um dinamismo verificado nos últimos anos. Este menor crescimento está associado ao abrandamento da procura externa, sendo também afetada por alguns fatores idiossincráticos, que também contribuíram para uma redução particularmente baixa da inflação. Para a última metade de 2019, o Banco de Portugal prevê uma ligeira aceleração, refletindo a forte recuperação das exportações de bens energéticos, bem como um maior crescimento das exportações de serviços.

Quanto às importações, deverão registar uma taxa de 5,4% em 2019. Esta desaceleração face a 2018 é justificada pela desaceleração das exportações, em especial dos bens não energéticos, e do consumo privado, nomeadamente no consumo de bens duradouros, que possui um forte conteúdo importado.

Quanto ao investimento empresarial, em termos nominais, estima-se uma taxa de crescimento anual de 3,8%, notando-se como principais objetivos do investimento os relativos à substituição e à extensão da capacidade de produção. Contudo, para as empresas exportadoras, estima-se uma redução no investimento de 2,3%. Como principal fator limitativo ao investimento, aponta-se a deterioração das perspetivas de vendas, seguido da incerteza sobre a rentabilidade dos investimentos.

Em 2019, registou-se uma taxa de variação média do IHPC de 0,3%, inferior à registada em 2018 (1,2%). A inflação, medida pela taxa de variação do IHPC, deverá diminuir significativamente em 2019, de 1,2% para 0,3%, sobretudo devido à queda dos preços dos bens energéticos, em linha com a redução do preço do petróleo, mas também explicada por quedas significativas nos preços de alguns bens e serviços, como o caso dos transportes públicos, das propinas do ensino superior e dos manuais escolares no ensino secundário.

Quanto às famílias, notou-se um crescimento da capacidade de financiamento, de um ponto percentual entre o segundo e terceiro trimestres, situando-se em 1,2% do PIB neste último,

Co-financiamento



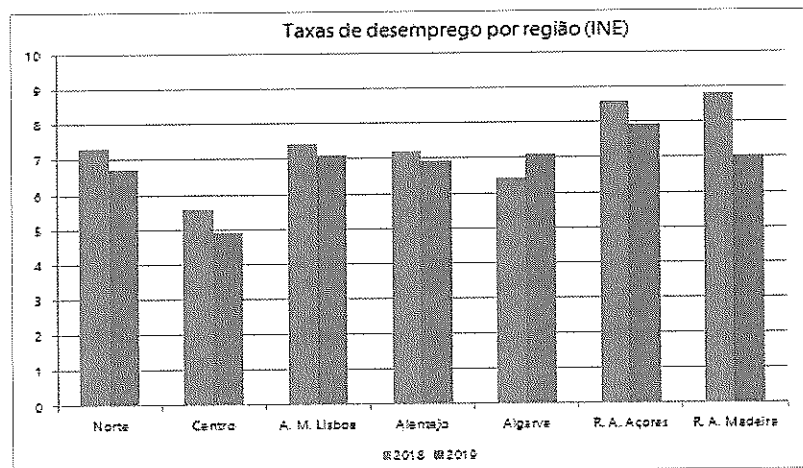
2020



reflexo de um aumento da poupança corrente superior ao da FBC. Contudo, regista-se ainda uma elevada taxa de pobreza ou exclusão social, de 21,6%, segundo estimativa do INE.

Sobre o emprego, o INE avança com uma taxa de desemprego de 6,5%, menos 0,5% face a 2018, tendo-se também registado uma diminuição na taxa de desemprego de jovens (18,3%, menos 2% do que em 2018) e no desemprego de longa duração, com uma proporção de 49,9% - 1,2% inferior a 2018. Em termos regionais, à exceção do centro, todas as regiões do país apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional, tendo a Região Autónoma dos Açores registado a maior taxa de desemprego, de 7,9%. Em comparação com o ano anterior, apenas o Algarve registou um aumento desta taxa, de 0,7%.

A melhoria da situação no mercado de trabalho implicou um maior dinamismo dos salários, tendo-se registado nos três primeiros trimestres de 2019 um aumento de 2,8% em termos homólogos das remunerações por trabalhador.



Durante 2019, o mercado de trabalho manteve-se forte, com o desemprego a situar-se no seu nível mais baixo desde o início do século. A Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego de 7,6% e de 6,3% para a EU28. Para o terceiro trimestre de 2019, o Eurostat indica um crescimento do emprego de 0,9% na EA19 e de 0,8% na EU28 em comparação com o mesmo período de 2018. Ainda assim, verificou-se alguma resiliência na criação de emprego.

### 2.3 Os principais indicadores económicos do setor da Entidade

O Ensino Profissional continua a sua coexistência com a incerteza relativa ao seu futuro, os atrasos crónicos dos pagamentos/reembolsos, bem como a incerteza relativa à continuidade do Ensino Profissional, para além do atual quadro comunitário, que termina em 2020.

A nova modalidade de financiamento, passa a garantir o financiamento de cada curso que inicia ao longo dos 3 anos de duração, quando até agora, o financiamento era feito a cada ano lectivo para todos os cursos em funcionamento. Se é verdade que esta alteração, aumenta a estabilidade



do funcionamento a médio prazo, comprometendo-se logo no início o estado e o Fundo Social Europeu (FSE), pelo financiamento de todas as turmas em funcionamento, tal vai aumentar a complexidade de controlo e funcionamento, quando começarem a coexistir 3 candidaturas em simultâneo (financiamento das turmas do 10º ano, do 11º ano e do 12º ano), relativas ao Ensino Profissional (a partir de setembro de 2018).

Aliás, este aumento de complexidade de controlo financeiro de até 3 candidaturas de Ensino Profissional em simultâneo, levou a uma correção de estimativas de receitas, efetuadas em exercícios anteriores, afetando diretamente os Capitais Próprios, uma vez que não diziam respeito (as correções) diretamente ao exercício de 2018 e 2019, mas sim a anos anteriores.

### 3 EXPECTATIVAS FUTURAS

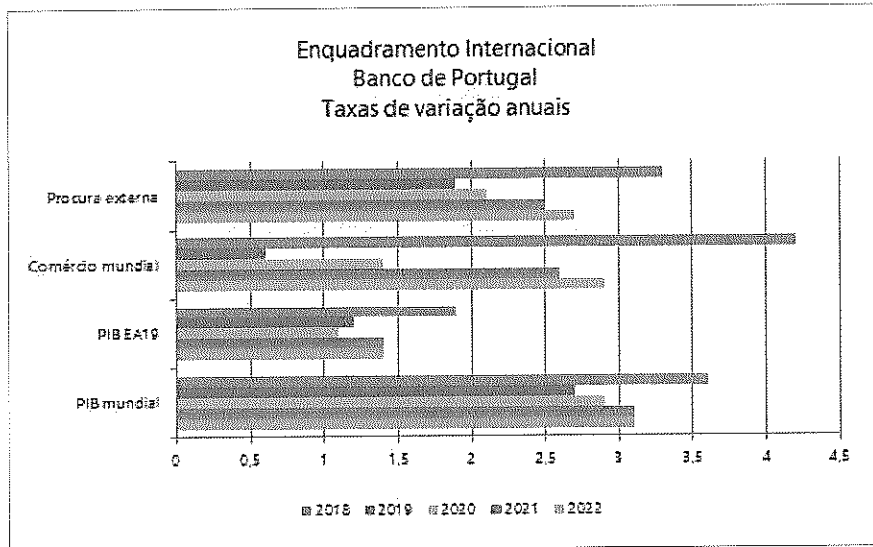
#### 3.1 Cenário macroeconómico<sup>1</sup>

O FMI prevê um crescimento global de 3,3% para 2020 e de 3,4% para 2021, reflexo de uma melhoria da performance em muitos dos países emergentes na América Latina e no Médio Oriente, ainda assim notando alguma resiliência na atividade económica de alguns países emergentes e em desenvolvimento, como o Brasil, a Índia, México, Rússia e Turquia, bem como uma desaceleração da atividade económica na China que, apesar dos esforços em relação às negociações comerciais com os Estados Unidos, não deverá ser suficiente para que no curto prazo consiga melhorar o seu desempenho económico, prevendo-se então um crescimento de 6,0% em 2020 e de 5,8% em 2021. Nas economias avançadas, o FMI prevê que o crescimento se situe nos 1,6% durante este e o próximo ano. No longo prazo, é previsto um crescimento mais tímido, apontado pelo ritmo mais moderado da produção, sobretudo devido ao enfraquecimento da força laboral, por via do envelhecimento da população.

Em relação ao comércio, o FMI aponta para uma melhoria na atividade produtiva e nas trocas comerciais em geral, reflexo da estabilização das políticas monetárias, das expectativas positivas sobre as negociações comerciais entre os Estados Unidos e a China, e da diminuição do receio de uma não negociação do Brexit. Contudo, ainda existem riscos de retorno associados que poderão alterar os dados macroeconómicos globais, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão, que poderão comprometer o fornecimento global de petróleo. As expectativas implícitas

<sup>1</sup> Cenário antes da Pandemia do COVID 19

nos mercados de futuros apontam para novas reduções do preço do petróleo em 2020 e 2021, para -7% e -4%, respetivamente, devendo posteriormente estabilizar em 2022.



As perspetivas do crescimento global para a União Europeia são frágeis. As tensões comerciais no setor produtivo e as incertezas geopolíticas estão a ter um impacto negativo no investimento. Uma diminuição na intensidade do comércio, em conjunto com níveis baixos de produtividade, poderá causar um impacto negativo na posição da Europa num mundo que está a definir-se pelas rivalidades entre os Estados Unidos e a China. Neste sentido, alguns analistas temem um período de queda do crescimento, bem como de um aumento da inflação, associado à queda da produção e ao envelhecimento da população – até 2024 estima-se que numa grande parte dos países membros a força de trabalho caia para mais de 3% e que em 2060 essa queda seja de 12% face ao verificado atualmente.

Para este e o próximo ano a Comissão Europeia aponta para a continuidade da expansão económica, prevendo para a EA19 um PIB de 1,2% e 1,3%, respetivamente. Quanto à EU28, espera-se um PIB de 1,4% para ambos os anos. Para o conjunto do continente europeu, o FMI prevê uma ligeira recuperação para 2020, estimando um crescimento de 1,8%, com uma forte contribuição dos países emergentes, onde se prevê um crescimento de 2,5%, enquanto que apenas se prevê um crescimento de 1,5%, nos países desenvolvidos.

O mercado de trabalho permanecerá forte, com o desemprego a diminuir, mas a um ritmo mais lento, onde a Comissão Europeia prevê para a EA19 uma queda da taxa de desemprego para 7,4% e 7,3% em 2020 e 2021, e no caso da EU28 para 6,2% em ambos os anos.

As taxas de juro a curto prazo da EA19 deverão manter-se em níveis historicamente baixos até 2024, sobretudo devido ao adiamento das expectativas de mercado quanto a uma subida das taxas de juro diretoras do BCE, em especial após o conjunto de medidas adotadas em setembro.

A Euribor a 3 meses deverá permanecer em níveis próximos de -0,4% até 2024 e a taxa de juro implícita da dívida pública deverá permanecer estável a 2,6%.

Quanto ao mercado cambial, a manutenção da taxa de câmbio implica uma depreciação do euro para 2020, tanto em termos nominais efetivos como face ao dólar.

Quanto à inflação, a Comissão Europeia não prevê grandes flutuações, devendo situar-se nos 1,2% em 2020 na EA19 e aumentar para 1,3% no ano seguinte, e na EU28 de 1,5% para 1,7% no mesmo período.

Para além do aumento da incerteza e das tensões comerciais, existem outros riscos que poderão levar também a uma diminuição do crescimento económico global face ao previsto, tais como as vulnerabilidades financeiras, as pressões deflacionárias nas economias avançadas e riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões entre os Estados Unidos e o Irão. Um abrandamento da economia chinesa poderá também mitigar o crescimento global.

Para a Europa, o maior risco no curto prazo centra-se nas negociações do Brexit. O aumento das tensões comerciais e da incerteza associada, poderá levar ao enfraquecimento do investimento. Também se denota um risco associado ao enfraquecimento dos setores comercial e produtivo, que poderá arrastar-se para os restantes setores mais rápido e com maior impacto do que o previsto, nomeadamente para o setor dos serviços.

No geral, todas as economias deverão priorizar o crescimento económico, melhorar a inclusão e reforçar a resiliência, aplicando políticas estruturais com foco na abertura e flexibilização dos mercados, de forma a melhor ajustarem os choques ao crescimento a médio prazo, mitigando também as discrepâncias entre países e encorajando a convergência entre os mesmos.

## Cenário Interno<sup>2</sup>

Segundo projeções do Banco de Portugal, com um horizonte até 2022, apontam para uma trajetória de desaceleração da atividade económica, onde se prevê um crescimento de 1,7% para 2020 e de 1,6% em 2021 e 2022, ainda assim superior ao da média da EA19. Esta evolução corresponde a um processo de maturação do ciclo económico, traduzindo-se numa aproximação do ritmo de crescimento potencial.

<sup>2</sup> Cenário antes da pandemia do COVID 19

---

O principal contributo para este crescimento será dado pela procura interna, apesar de se tornar progressivamente menor, reduzindo-se para 1,1% em 2022, bem como pelo aumento das exportações, mas também a verificar-se um decréscimo do seu contributo, em parte devido ao fraco dinamismo do comércio mundial.

Para 2020, o Banco de Portugal prevê uma taxa de crescimento das exportações de 2,6%, aumentando ligeiramente no restante horizonte de projeção, devendo situar-se nos 3% em 2022. Contudo, existe um forte risco associado a estas projeções, devido à incerteza que rodeia o comércio mundial.

Apesar desta evolução das exportações, continuará a verificar-se um défice da balança de bens e serviços, pois continuará a registar-se um crescimento das importações superior ao das exportações. Contudo, as importações deverão apresentar uma trajetória de progressiva desaceleração, devendo situar-se nos 3,9% em 2022, devido sobretudo à redução do contributo do investimento, reflexo também da desaceleração da FBCF Empresarial. Já a balança corrente e de capital irá manter-se, em média, com um saldo excedentário durante o horizonte de projeção. Em termos líquidos, tanto o consumo privado como o consumo público assumem um menor peso no PIB, sendo que para o primeiro o Banco de Portugal projeta uma desaceleração gradual ao longo do período de projeção, devendo situar-se nos 1,7% em 2022, em consonância com a trajetória do rendimento disponível.

Em relação ao investimento Empresarial, o INE estima uma desaceleração de dois pontos percentuais, face à sua estimativa para 2019, devendo situar-se em 2020 nos 3,6%.

Quanto à inflação, projeta-se um aumento durante o período de projeção, devendo, contudo, manter-se em níveis baixos, prevendo que se situe nos 1,4% no final do horizonte de projeção, sendo os salários o que mais contribui para estes valores reduzidos.

Quanto ao emprego, este deverá continuar a crescer, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, resultado da maturação do ciclo económico, que contribuirá para a limitação da oferta de trabalho. Quanto à taxa de desemprego, também deverá continuar a sua trajetória descendente durante o horizonte de projeção, prevendo que se situe nos 5,6% em 2022, o valor mais baixo verificado desde 2003.

No horizonte de projeção, antecipa-se um crescimento médio dos salários nominais de 3,1%, influenciado pela atualização do salário mínimo e, relativamente ao setor público, pelo descongelamento gradual das progressões salariais na administração pública.

O crescimento potencial da economia portuguesa permanece condicionado por constrangimentos ao crescimento dos fatores produtivos e ao aumento da produtividade, sendo de referir a evolução demográfica adversa, os elevados níveis de endividamento, os quais limitam o investimento, e os baixos níveis de capital humano.

**3.3 Cenário após a pandemia de COVID 19**

O Banco de Portugal estima que o Produto Interno Bruto português caia 3,7% num cenário base e 5,7% num cenário adverso, em 2020, devido à pandemia de covid-19, de acordo com o Boletim Económico divulgado: “No cenário base, estima-se uma redução de 3,7% do PIB real em 2020. Assume-se que o impacto económico da pandemia é relativamente limitado, o que decorre, em parte, da hipótese de que as medidas adotadas pelas autoridades económicas são bem-sucedidas na contenção dos danos sobre a economia”.

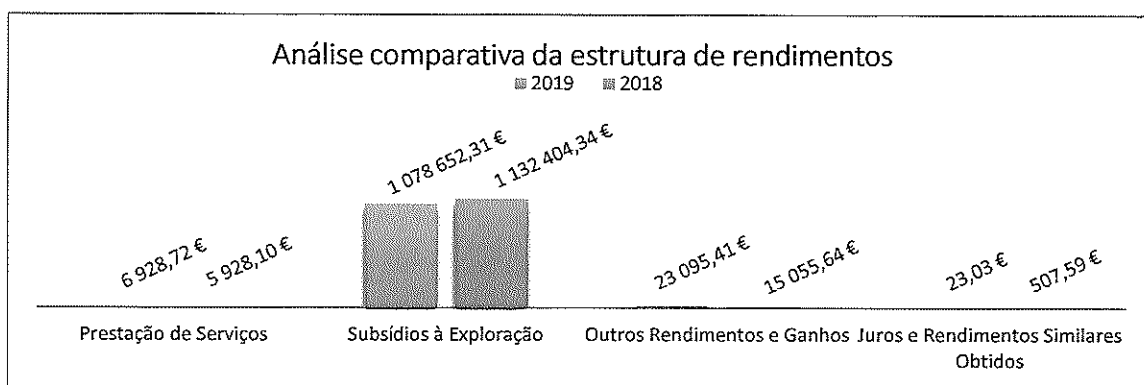
Já no cenário adverso, “assume-se que o impacto económico da pandemia é mais significativo devido à paralisação mais prolongada da atividade económica em vários países, conduzindo a maior destruição de capital e perda de emprego. Este cenário considera também uma maior incerteza e níveis de turbulência mais significativos nos mercados financeiros”, sendo a recessão de 5,7% do PIB.

No cenário base, o Banco de Portugal vê a economia a crescer 0,7% em 2021 e 3,1% em 2022, mas no adverso a subida no crescimento é projetada nos 1,4% em 2021 e 3,4% em 2022.

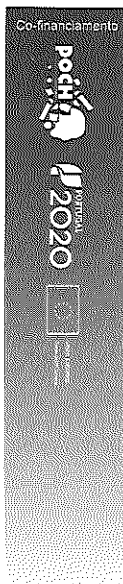
**4 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS**

**4.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS**

Composição dos rendimentos em 2019 e 2018, a sua variação absoluta e relativa (%):



Das 4 rubricas de rendimentos da ESPROSER, verificamos um aumento de prestação de serviços e outros rendimentos e um decréscimo dos subsídios à exploração e dos juros e rendimentos



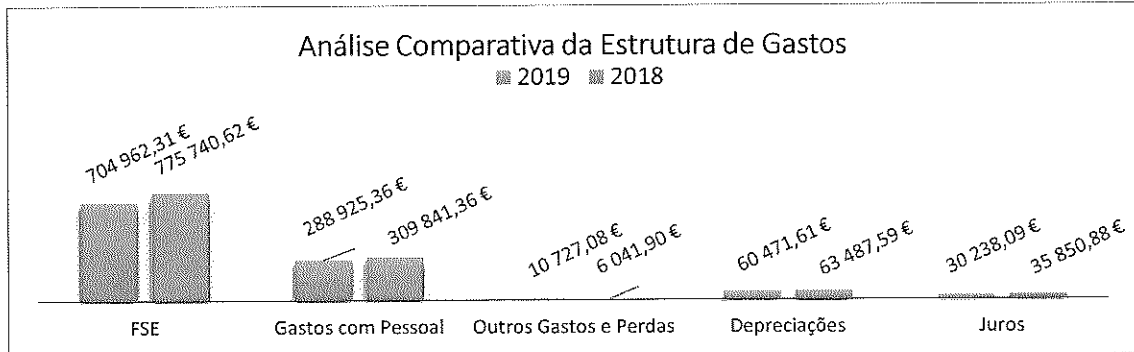
similares obtidos. Em relação aos subsídios à exploração, a redução está relacionada com uma ligeira quebra no número de alunos subsidiados.

A rubrica Juros e rendimentos similares obtidos, apesar de representar os rendimentos dos depósitos a prazo da Escola que servem de garantia real a todos os empréstimos bancários e apesar do valor ser exatamente igual (470.000€ em depósitos a prazo), registou um decréscimo devido aos seguintes fatores:

- A ESPROSER renegociou os spreads das contas-correntes existentes na CGD e BCP, que baixaram respetivamente para 2,9% e 2,50%, que beneficiou e muito na baixa dos encargos financeiros suportados. No entanto e como as contas-correntes têm garantias reais de depósitos a prazo subjacentes, os rendimentos destes desceram ainda mais;
- Em 2020 perspectiva-se uma nova baixa dos encargos financeiros, uma vez que o spread cobrado pelo BCP passa a ser de 2%, a partir de junho; e,
- Outro especto relevante, mas menos significativo, decorre do facto das taxas de juro estarem em níveis historicamente baixos, com as taxas de referência em valores negativos.

## 4.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2019 e 2018, a sua variação absoluta e relativa (%):



Em relação à estrutura de gastos, destacamos as seguintes alterações:

- Relativamente aos “Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)”, temos vindo sistematicamente a reduzir os gastos que se prendem essencialmente pela redução do número de turmas em funcionamento, que por sua vez geram uma menor necessidade de aquisição de serviços de formação;
- Quanto aos “Gastos com o Pessoal” verificaram-se as seguintes alterações:
  - Apesar de se terem mantido o número de colaboradores, houve um aumento dos salários base dos colaboradores com um salário mais baixo, pelo facto de ter existido um aumento

- o do salário mínimo em 2019, que ultrapassou os seus salários base, com a consequente correção em alta do valor; e,
  - o Em sentido contrário e de forma significativa, temos uma baixa prolongada da única formadora interna da Escola, que abrangeu praticamente todo o ano civil de 2019. Esta diminuição foi de sensivelmente 30.000 Euros.
- As depreciações registaram uma redução de valor, essencialmente pela diminuição de investimentos em bens e equipamentos; e,
  - Na rubrica juros, tem-se verificado uma redução constante dos custos de financiamento da Escola, derivado do facto da Escola renegociar anualmente os spreads aplicados aos principais empréstimos, aliada à baixa histórica da taxa de juro de referência do euro, permitindo esta conjugação, uma redução de gastos assinalável.

*[Handwritten signature]*

**4.3 PESSOAL**

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

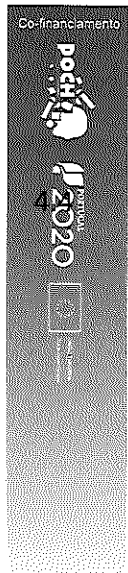
Rubricas	Períodos	
	2019	2018
Gastos com pessoal	288 925,36 €	309 841,36 €
Nº médio de colaboradores	13	13
Gasto médio por colaborador	22 225,03 €	23 833,95 €

Como referido no subcapítulo anterior, no cômputo geral assistimos a uma redução da massa salarial, essencialmente devido a uma baixa médica prolongada, que durou cerca de 1 ano, apesar de ter havido um acerto nos salários base dos auxiliares de ação educativa, devido ao aumento do salário mínimo.

**EBITDA e Resultado líquido do período**

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2019 e 2018, foi o seguinte:

	2019	2018
Resultado Líquido do Período	12 004,61 €	-40 924,73 €
EBITDA	104 061,69 €	61 764,20 €



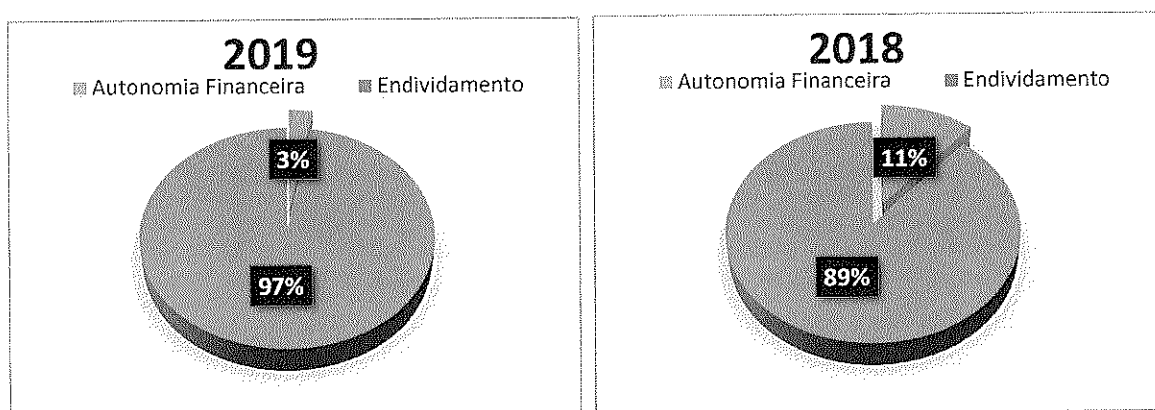
O resultado líquido continua a ser afetado pelas correções de estimativas em excesso das receitas, via orçamentos aprovados em contraposição às despesas validadas pela estrutura de apoio POCH.

Em relação ao EBITDA, verificou-se um aumento do seu valor, mesmo tendo existido uma diminuição dos subsídios à exploração atribuídos (redução de turmas) e ao aumento de outros gastos.

Como aspetos positivos tivemos a redução de gastos com FSE e com gastos com pessoal, ao aumento dos outros rendimentos e de vendas e prestações de serviços.

#### 4.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



A autonomia financeira continuou a ter uma redução significativa e devida em exclusivo ao ajustamento de excessos de estimativas de receitas (subsídios à exploração) que estavam refletidos no balanço, continuando a correção que tinha sido iniciada no ano passado.

A correção no exercício de 2019, sendo irrepetível, ascendeu a 152.732,87€.

## 5 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### 5.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:



Rubricas	2019		2018	
<b>Activo não corrente</b>	163 614,44 €	11,25%	212 859,89 €	12,54%
<b>Activo corrente</b>	1 290 921,38 €	88,75%	1 484 215,52 €	87,46%
<b>Total activo</b>	<b>1 454 535,82 €</b>		<b>1 697 075,41 €</b>	

Rubricas	2019		2018	
<b>Capital Próprio</b>	40 972,14 €	2,82%	192 547,93 €	11,35%
<b>Passivo não corrente</b>	246 129,56 €	16,92%	332 196,46 €	19,57%
<b>Passivo corrente</b>	1 167 434,12 €	80,26%	1 172 331,02 €	69,08%
<b>Total capital próprio e passivo</b>	<b>1 454 535,82 €</b>		<b>1 697 075,41 €</b>	

A principal alteração no balanço, deu-se com a continuação da correção de rendimentos reconhecidos acima dos valores efetivamente aceites pela entidade POCH.

## 5.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2019 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2019	2018	Δ
Volume de negócios	6 928,72 €	5 928,10 €	14,44%
Subsídios à Exploração	1 078 652,31 €	1 132 404,34 €	-4,98%
Resultados Líquidos	12 004,61 €	-40 924,73 €	240,91%
Cash-Flow	72 476,22 €	22 562,86 €	68,87%
Capital Próprio	40 972,14 €	192 547,93 €	-369,95%
Activo Total Líquido	1 454 535,82 €	1 697 075,41 €	-16,67%
Activo Fixo Tangível	162 414,44 €	211 659,89 €	-30,32%
Capitais Permanentes	275 567,60 €	510 326,77 €	-85,19%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no “Capital próprio” é referente à continuação da correção de estimativas de rendimentos que foram mensuradas com base nos montantes solicitados pela Escola. Estas estimativas de receitas necessitaram de uma correção derivada de correções financeiras provocadas pela desistência de alunos (redução do financiamento aprovado em 3,33% por aluno desistente), despesas consideradas não elegíveis, bem como com o abaixamento da execução física verificada (número de horas assistidas por cada aluno).

- A variação ocorrida nos “Capitais permanentes” é o resultado da redução da rubrica resultados transitados (correções de receitas).

### 5.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2019 e 2018:

Análise Financeira	2019	2018	Δ
Autonomia Financeira	2,81%	11,35%	-75,24%
Solvabilidade	2,90%	11,50%	-74,78%
Endividamento	0,97	0,89	9,63%

Da análise ao quadro acima, apresentamos seguintes comentários:

A autonomia financeira da Escola caiu, pelo motivo já explicado, como sejam as correções das estimativas excessivas de rendimentos (nota 4.5 anterior).

O endividamento continuou a aumentar, para fazer face à correções que afetam negativamente os capitais próprios, nomeadamente os Resultados transitados.

### 5.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no ano findo em 2019, comparativamente com o ano de 2018:

Análise Económica	2019	2018	Δ
Rendib. do activo (Resultado Oper./Activo Total)	3,00%	-0,10%	2851,08%
Rentabilidade do Capital Próprio	29,30%	-21,25%	37,85%

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

- A rentabilidade do ativo aumentou pelo facto de termos passado de um prejuízo em 2018, para um lucro em 2019.
- A rentabilidade dos capitais próprios, também subiu consideravelmente em virtude do resultado do lucro líquido positivo verificado.

## 6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Empresa no período económico findo em 31 de dezembro de 2019, alcançou o resultado líquido de 12 004,61€, que se propõem a seguinte aplicação de resultados:

- Resultados Transitados = 12 004,61€.

## 7 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da Empresa:

- Os custos de financiamento da Escola baixaram de forma significativa, como foi previsto no exercício anterior, a renegociação dos spreads aplicados à Escola (variam entre 2,50% e 2,95% em finais de 2019), permitiram uma poupança significativa nos juros pagos às instituições bancárias. Em sentido contrário e como servem de colateral aos empréstimos, os depósitos a prazo viram a sua rentabilidade praticamente desaparecer. A Escola vai continuar a renegociar as suas contas-correntes, de forma a baixar ainda mais o spread aplicado e consequentemente baixar os gastos de financiamento;
- Em 2018, a Escola obteve a Certificação como Entidade Formadora pela DGERT;
- Em 2020, a Escola obter a certificação EQAVET (sistema de Qualidade direcionado para as Escolas Profissionais), no sentido de obter uma maximização de 30% das candidaturas financeiras.
- Em 2021 e na sequência da pandemia conhecida por COVID-19, existem incertezas e acréscimos de custos que não estavam previstos, para a preparação da Escola na abertura do ano lectivo 2020/21, com condições de segurança para a existência de aulas presenciais.
- Ainda na sequência da COVID-19, existe uma grande limitação no contacto físico de potenciais formandos da ESPROSER e com a consequência da baixa de procura dos cursos profissionais, que pode ser suavizado pelo facto de apresentarmos a possibilidade de obtenção de um curso de dupla certificação e equivalência ao 12º ano sem qualquer custo para o formando.

### GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

A Empresa seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

Co-financiamento



2020



## 8.1 RISCO DE CRÉDITO

## 8.2 RISCOS DE MERCADO

### 8.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

## 8.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

## 9 COMPROMISSOS FINANCEIROS

Os principais compromissos financeiros prendem-se com as conta-correntes subscritas junto da CGD e BCP e que podem atingir um máximo de 300.000 Euros cada uma e que têm por finalidade suprir os atrasos nos reembolsos do POCH, mantendo sempre uma execução financeira elevada.

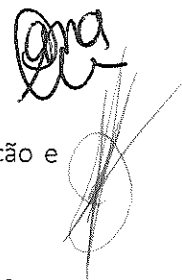
Em agosto de 2016, foi contratualizado junto da CGD, uma linha PME Crescimento 2015, no montante de 50.000€ e pelo prazo de 5 anos, a terminar em Julho de 2021.

No final de 2016, a Escola contraiu, junto da CCAM, um empréstimo a 7 anos, no montante de 500.000€, com início em dezembro de 2016 e término em Dezembro de 2023, para financiamento de tesouraria da Empresa.

## 10 QUESTÕES AMBIENTAIS

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A. cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos e líquidos produzidos na Empresa.

Tem havido uma preocupação acrescida na separação de lixo e resíduos, possuindo para o efeito contentores específicos para a separação do lixo e resíduos.



## 11 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

### 11.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### 11.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A origem da pandemia COVID-19, sobretudo a partir de março de 2020, provocou alterações profundas de funcionamento da Escola e com repercussões financeiras necessárias para a adoção de medidas de higiene, segurança, confinamento, sinalética, formação do pessoal docente e não docente, aquisição de EPI (Equipamentos de Proteção Individual).

Co-financiamento



2020



## OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares

- A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.
- Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas/ações próprias. Aliás a Empresa não é detentora de quotas/ações próprias.
- Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores (Art.º 397 do CSC), nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

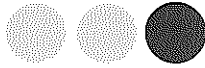
- 
- d) Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Para as situações de pagamentos fora de prazo foram negociados os respetivos planos de pagamentos, designadamente: O pagamento dos transportes dos alunos ao Município de Sernancelhe.
  - e) Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.
  - f) Além do referido no 2º parágrafo da nota 11 anterior, confirmamos que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Empresa em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Empresa, entende que a Empresa tem capacidade de prosseguir em continuidade.

## 13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

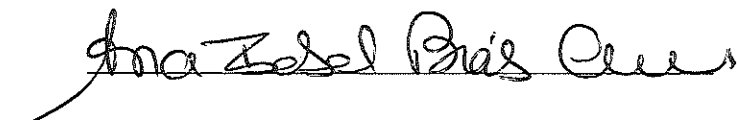
Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Empresa.

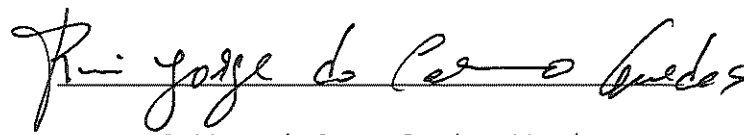
Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas e o Anexo.

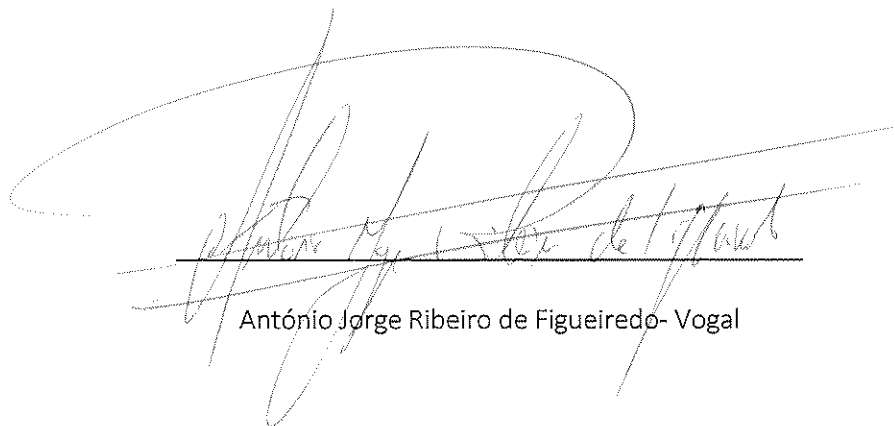


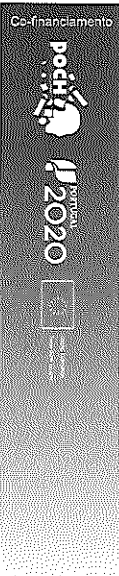
Sernancelhe, 01 de Setembro de 2020

O Conselho de Administração,

  
Ana Isabel Brás Chaves - Presidente do Conselho de Administração

  
Rui Jorge do Carmo Guedes – Vogal

  
António Jorge Ribeiro de Figueiredo- Vogal





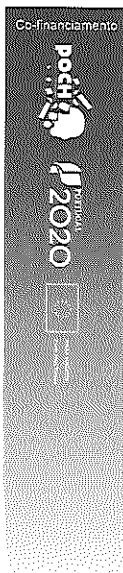




## ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

### Demonstrações financeiras

Ano findo em 31 de dezembro de 2019



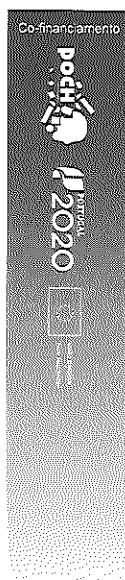
## Índice

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5	
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	6	
ANEXO 7		
1	Identificação da entidade e período de relato	7
1.1	Designação da entidade	7
1.2	Sede	7
1.3	Natureza da atividade	7
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
2.1	Indicação do referencial contabilístico	7
2.2	Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	8
2.3	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	9
3	Principais políticas contabilísticas	9
3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.	9
3.1.1	<i>Ativos fixos tangíveis</i>	9
3.1.2	<i>Outros investimentos financeiros</i>	10
3.1.3	<i>Clientes e outros créditos a receber</i>	10
3.1.4	<i>Estado e outros entes públicos</i>	11
3.1.5	<i>Acréscimos e diferimentos</i>	11
3.1.6	<i>Caixa e depósitos bancários</i>	11
3.1.7	<i>Imparidade de ativos</i>	12
3.1.8	<i>Capital subscrito</i>	13
3.1.9	<i>Reserva legal</i>	13
3.1.10	<i>Outras reservas</i>	13
3.1.11	<i>Resultados transitados</i>	13
3.1.12	<i>Outras variações no capital próprio</i>	14
3.1.13	<i>Passivos correntes</i>	14
3.1.14	<i>Financiamentos obtidos e gastos com financiamento</i>	14
3.1.15	<i>Fornecedores</i>	15
3.1.16	<i>Rédito</i>	15
3.1.17	<i>Subsídios atribuídos</i>	16
3.1.18	<i>Benefícios dos empregados</i>	17
3.1.19	<i>Imposto sobre o rendimento do período</i>	17
3.1.20	<i>Acontecimentos após a data do balanço</i>	18
3.1.21	<i>Outras políticas contabilísticas revelantes</i>	18
3.1.22	<i>Principais pressupostos relativos ao futuro</i>	18
3.1.23	<i>Principais fontes de incerteza das estimativas</i>	19
3.2	Correção de erros de períodos anteriores	19



4	Partes relacionadas	19
4.1	Relacionamentos com Entidades-mãe	19
4.2	Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)	20
4.3	Transações entre partes relacionadas	20
5	Ativos fixos tangíveis	21
5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	21
5.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	22
6	Investimentos financeiros	23
7	Estado e outros entes públicos	23
8	Outros créditos a receber	24
9	Diferimentos	25
10	Caixa e depósitos bancários	25
11	Capital próprio	26
11.1	Capital subscrito	26
11.2	Reservas Legais	26
11.3	Outras reservas	26
11.4	Resultados transitados	27
11.5	Outras variações nos capitais próprios	27
12	Financiamentos obtidos	27
13	Fornecedores	28
14	Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes	28
15	Prestação de serviços e réditos	28
16	Subsídios à exploração	29
17	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	29
18	Gastos com pessoal	30
19	Outros rendimentos	30
20	Outros gastos	31
21	Juros e gastos similares suportados	31
22	Impostos sobre o rendimento	31
22.1	Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico	32
23	Acontecimentos após a data do balanço	32

*[Handwritten signatures and initials]*



23.1	Autorização para emissão	32
23.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:	32
24	Divulgações exigidas por diplomas legais	33
25	Outras informações	33
25.1	Garantias prestadas	33
26	<i>Termo de responsabilidade</i>	34

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Notas	Data	
		31-12-2019	31-12-2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	162 414,44	211 659,89
Investimentos Financeiros	6	1 200,00	1 200,00
		<b>163 614,44</b>	<b>212 859,89</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	-	4 200,00	-
Outros créditos a receber	8	797 252,50	988 267,82
Diferimentos	9	3 662,97	8 107,41
Outros ativos financeiros	10	470 319,54	472 382,82
Caixa e depósitos bancários	10	15 486,37	15 457,47
		<b>1 290 921,38</b>	<b>1 484 215,52</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1 454 535,82</b>	<b>1 697 075,41</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	11.1	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	11.2	10 000,00	10 000,00
Outras reservas	11.3	73 122,09	73 122,09
Resultados transitados	11.4	-147 544,74	46 112,86
Ajustamento/outras variações no capital próprio	11.5	43 390,18	54 237,71
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>DR</b>	<b>12 004,61</b>	<b>-40 924,73</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>40 972,14</b>	<b>192 547,93</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	12	234 595,46	317 778,84
Outras dívidas a pagar	14	11 534,10	14 417,62
		<b>246 129,56</b>	<b>332 196,46</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	38 142,66	44 787,81
Estado e outros entes públicos	7	13 226,52	26 839,89
Financiamentos obtidos	12	628 290,44	677 224,32
Diferimentos	9	265 478,28	131 459,22
Outros passivos correntes	14	222 296,22	292 019,78
		<b>1 167 434,12</b>	<b>1 172 331,02</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 413 563,68</b>	<b>1 504 527,48</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 454 535,82</b>	<b>1 697 075,41</b>

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Rúbricas de rendimentos e gastos	Notas	Unidade monetária: Cêntimo de Euro	
		Ano	
		2019	2018 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	15	6 928,72	5 928,10
Subsídios à exploração	16	1 078 652,31	1 132 404,34
Fornecimentos e serviços externos	17	-704 962,31	-775 740,62
Gastos com pessoal	18	-288 925,36	-309 841,36
Outros rendimentos	19	23 095,41	15 055,64
Outros gastos	20	-10 727,08	-6 041,90
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>104 061,69</b>	<b>61 764,20</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-60 471,61	-63 487,59
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>43 590,08</b>	<b>-1 723,39</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	15	23,03	507,59
Juros e gastos similares suportados	21	-30 238,09	-35 850,88
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>13 375,02</b>	<b>-37 066,68</b>
Imposto sobre o rendimento do período	22	-1 370,41	-3 858,05
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>12 004,61</b>	<b>40 924,73</b>

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



*Rui Mendes*

*ama*  
*es*

ANEXO

1 Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade

ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.

1.2 Sede

Av. das Tílias, 3640-211 Sernancelhe.

1.3 Natureza da atividade

Tem como atividade principal o ensino profissional.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF – PE) (Aviso n.º 8257/2015, e 29 de julho).

Assim, segundo o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, através da nova redação dada Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, consideram-se pequenas entidades aquelas que à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes<sup>1</sup>:

- a) Total do balanço: 4 000 000 Euros;

<sup>1</sup> Excluem-se deste limite as entidades consideradas como microentidades

- b) Volume de negócios líquido: 8 000 000 Euros;
- c) Número médio de empregados durante o período: 50.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - PE), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 3º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- Balanço, modelo reduzido;
- Demonstração dos resultados por naturezas, modelo reduzido;
- Anexo, modelo reduzido.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a





necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes Demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

### 2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídas nas presentes Demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

## 3 Principais políticas contabilísticas

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

#### 3.1.1 *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.1.2 *Outros investimentos financeiros*

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao seu justo valor com variações nos resultados. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

### 3.1.3 *Clientes e outros créditos a receber*

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Entidade tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são



reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

#### 3.1.4 *Estado e outros entes públicos*

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

#### 3.1.5 *Acréscimos e diferimentos*

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Outras dividas a pagar” ou “Diferimentos (ativos ou passivos)”.

#### 3.1.6 *Caixa e depósitos bancários*

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

### 3.1.7 *Imparidade de ativos*

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Inventários (ver a NCRF 18 - Inventários);
- Ativos provenientes de contratos de construção (ver a NCRF 19 - Contratos de Construção);
- Ativos por impostos diferidos (ver a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);
- Ativos por benefícios de empregados (ver a NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);
- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver a NCRF 11 - Propriedades de Investimento)
- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação (ver a NCRF 17 - Agricultura); ou
- Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Assim neste âmbito, a Entidade avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.



Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

### 3.1.8 *Capital subscrito*

Em cumprimento do disposto no Art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Entidade deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares.

### 3.1.9 *Reserva legal*

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

### 3.1.10 *Outras reservas*

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

### 3.1.11 *Resultados transitados*

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

### 3.1.12 *Outras variações no capital próprio*

Esta rubrica regista os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 5932 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 - Outros Dividas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 5932 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dívidas a pagar – não corrente.

### 3.1.13 *Passivos correntes*

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

### 3.1.14 *Financiamentos obtidos e gastos com financiamento*

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações

decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um “ativo que se qualifica” (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros; e,
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir “ativos que se qualificam”:

- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento); e,
- Ativos intangíveis.

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

### Fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao custo.

### Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da Entidade, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e

prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade.

Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos pelo seu valor nominal.

### 3.1.17 *Subsídios atribuídos*

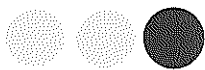
Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.





### 3.1.18 *Benefícios dos empregados*

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, as férias e subsídio de férias do ano de 2019 a que os trabalhadores têm direito em função do trabalho realizado nesse ano, devem ser liquidadas a partir de 1 de janeiro de 2020, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo no ano de 2019.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### 3.1.19 *Imposto sobre o rendimento do período*

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de quatro anos após a sua ocorrência, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 12,50% aos primeiros 15.000,00€ de matéria coletável e 21% aos restantes rendimentos, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

#### *3.1.20 Acontecimentos após a data do balanço*

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Entidade. Os acontecimentos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### *3.1.21 Outras políticas contabilísticas revelantes*

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Entidade pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

#### *3.1.22 Principais pressupostos relativos ao futuro*

As Demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Ver nota 23.2 abaixo.

### 3.1.23 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram a reconhecer nas Demonstrações financeiras individuais refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo ano.

Ver nota 23.2 abaixo.

## 3.2 Correção de erros de períodos anteriores

A correção de um erro material de um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é detetado, sendo efetuada diretamente em resultados transitados (portanto neste caso, não existe reexpressão).

No ano corrente a Entidade reconheceu diretamente na rubrica de “Resultados transitados” o montante de 152.732,87 Euros decorrente de correções efetuadas nos subsídios à exploração reconhecidos em anos anteriores, referentes à medida 1315, que abrangia os anos letivos 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019 (nota 11.4).

## 4 Partes relacionadas

### Relacionamentos com Entidades-mãe

A estrutura acionista da Entidade é constituída por pessoas coletivas, a saber:

- Câmara Municipal de Sernancelhe; e,
- Liga de Amigos da ESPROSER.

4.2 Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)

Descrição	Data	
	31-12-2019	31-12-2018
Benefícios de curto prazo	107 752,05	112 897,05

4.3 Transações entre partes relacionadas

a) Identificação e relacionamento com as partes relacionadas

Identificação das partes relacionadas	Descrição sumária da natureza do relacionamento
<b>Empresa-mãe:</b> Câmara Municipal de Sernancelhe Liga de Amigos da ESPROSER	Detentora de 49,50% do capital social da Entidade Detentora de 40% do capital social da Entidade
<b>Outras entidades:</b> Associação Âmbula IPSS Família Flora - Restaurante, Lda Electro Pisca, Lda	Detentora de 10% do capital social da Entidade Detentora de 0,25% do capital social da Entidade Detentora de 0,25% do capital social da Entidade

b) Transações e saldos pendentes:

i. Quantia das transações

Transações com Partes relacionadas	FSE
<b>Empresa-mãe :</b> Câmara Municipal de Sernancelhe	<u>315 317,91</u> <u>315 317,91</u>
<b>Outras entidades:</b> Electro Pisca, Lda	<u>518,27</u> <u>518,27</u>
<b>Total</b>	<u><u>315 836,18</u></u>

Nota: As transações aqui divulgadas incluem IVA à taxa legal em vigor

ii. Quantia dos saldos pendentes, incluindo perdas por imparidade e compromissos

Saldos com "Partes relacionadas"	Saldo passivos
Empresa-mãe:	
Câmara Municipal de Sernancelhe	177 417,04
	<u>177 417,04</u>
Outras entidades:	
Electro Pisca, Lda	242,31
	<u>242,31</u>
<b>Total</b>	<b><u>177 659,35</u></b>

## 5 Ativos fixos tangíveis

### 5.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo ou modelo de revalorização)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de depreciação utilizadas (Intervalo %)
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	1 - 4	25% - 100%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas) e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

2018						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Quantia escriturada bruta</b>						
Saldo em 01.01.2017	580 621,02	466 397,22	90 177,72	148 702,11	74 003,10	1 359 901,17
Transferências	(5 404,97)	(2 184,74)	(184,72)	5 540,96	(6 999,26)	(9 232,73)
Saldo em 31.12.2017	575 216,05	464 212,48	89 993,00	154 243,07	67 003,84	1 350 668,44
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Saldo em 01.01.2017	384 889,10	447 735,45	46 349,83	138 508,58	58 829,68	1 076 312,64
Adições	35 783,41	8 661,82	15 087,00	2 109,00	1 054,68	62 695,91
Saldo em 31.12.2017	420 672,51	456 397,27	61 436,83	140 617,58	59 884,36	1 139 008,55
<b>Quantia escriturada</b>	<b>154 543,54</b>	<b>7 815,21</b>	<b>28 556,17</b>	<b>13 625,49</b>	<b>7 119,48</b>	<b>211 659,89</b>

2019						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Quantia escriturada bruta</b>						
Saldo em 01.01.2019	575 216,05	464 212,48	89 993,00	154 243,07	67 003,84	1 350 668,44
Adições	-	11 226,16	-	-	-	11 226,16
Saldo em 31.12.2019	575 216,05	475 438,64	89 993,00	154 243,07	67 003,84	1 361 894,60
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Saldo em 01.01.2019	420 672,51	456 397,27	61 436,83	140 617,58	59 884,36	1 139 008,55
Adições	34 452,96	7 273,41	15 087,00	2 603,56	1 054,68	60 471,61
Saldo em 31.12.2019	455 125,47	463 670,68	76 523,83	143 221,14	60 939,04	1 199 480,16
<b>Quantia escriturada</b>	<b>120 090,58</b>	<b>11 767,96</b>	<b>13 469,17</b>	<b>11 021,93</b>	<b>6 064,80</b>	<b>162 414,44</b>

Para além dos gastos com depreciação reconhecidos no ano, os movimentos ocorridos no período corrente estão relacionados, essencialmente, com a aquisição de diverso equipamento informático.

## 5.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do período		Depreciações acumuladas	
	2019	2018	2019	2018
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	34 452,96	35 783,41	455 125,47	420 672,51
Equipamento básico	7 273,41	8 661,82	463 670,68	456 397,27
Equipamento de transporte	15 087,00	15 087,00	76 523,83	61 436,83
Equipamento administrativo	2 603,56	2 109,00	143 221,14	140 617,58
Outros activos fixos tangíveis	1 054,68	1 054,68	60 939,04	59 884,36
<b>Total</b>	<b>60 471,61</b>	<b>62 695,91</b>	<b>1 199 480,16</b>	<b>1 139 008,55</b>



## 6 Investimentos financeiros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Descrição dos investimentos financeiros	31-12-2019	31-12-2018
Valorização pelo modelo do custo:		
C.C.A.M	500,00	500,00
Norgarante	700,00	700,00
<b>Total ao modelo do custo</b>	<b>1 200,00</b>	<b>1 200,00</b>

A participação detida na “NORGARANTE” foi adquirida para que a Entidade beneficiasse de empréstimos com garantias emitidas pela Sociedade de Garantia Mútua, encontrando-se valorizada ao custo. A participação só poderá ser alienada, pelo seu valor nominal, no final da vigência e cumprimento total dos contratos de empréstimo da linha “PME”, pelo valor nominal, uma vez terminada a garantia.

## 7 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31-12-2019	31-12-2018
Passivo:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	1 364,65	1 958,80
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5 811,43	4 955,87
Contribuições para a segurança social	6 050,44	19 925,22
<b>Total do passivo</b>	<b>13 226,52</b>	<b>26 839,89</b>

Os impostos foram pagos, integralmente, dentro dos prazos previstos legalmente.

## 8 Outros créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber	31-12-2019	31-12-2018
Subsídios	763 918,93	943 471,29
Saldos devedores de fornecedores	2 086,75	0,00
Outros	31 246,82	44 796,53
<b>Total</b>	<b>797 252,50</b>	<b>988 267,82</b>

A rubrica “Subsídios” é composta, por montantes especializados referentes a valores por receber relativos a subsídios concedidos pelo POCH (ver nota 16):

- Medida 1315, com o montante de 277.911,61 Euros, cujo recebimento no período subsequente ascende a 130.066,28 Euros;
- Medida 1674, com o montante de 218.362,59 Euros, cujo recebimento no período subsequente ascende a 38.856,30 Euros;
- Medida 2116, com o montante de 161.625,05 Euros, cujo recebimento no período subsequente ascende a 24.244,29 Euros; e,
- Medida 2618, com o montante de 106.019,68 Euros, ainda sem recebimentos no período subsequente.

A rubrica “Outros” inclui, essencialmente, montantes a receber das seguintes Entidades:

- Liga dos Amigos da Esproser, com o montante de 28.146,03 Euros (2018: 41.375 Euros); e,
- Associação Sementes da Terra de Sernancelhe, com o montante de 2.041,28 Euros (2018: 3.367,14 Euros).



*Handwritten signature*

*Handwritten signature and stamp*

9 **Diferimentos**

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Data	
	31-12-2019	31-12-2018
<b>Ativos:</b>		
Seguros pagos antecipadamente	3 662,97	8 107,41
<b>Total</b>	<b>3 662,97</b>	<b>8 107,41</b>
<b>Passivos:</b>		
Outros	265 478,28	131 459,22
<b>Total</b>	<b>265 478,28</b>	<b>131 459,22</b>

A rubrica “Outros – Passivo” diz respeito, essencialmente, a adiantamentos efetuados pelo POCH referentes a subsídios concedidos (ver nota 16):

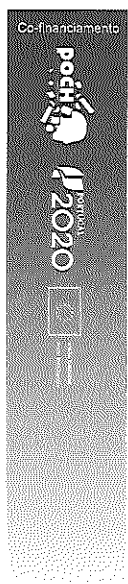
- Medida 1315, com o montante de 36.189,41 Euros;
- Medida 1674, com o montante de 107.786,95 Euros;
- Medida 2116, com o montante de 79.156,72 Euros; e,
- Medida 2618, com o montante de 36.439,94 Euros.

10 **Caixa e depósitos bancários**

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	Data	
	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	8 401,61	6 275,57
Depósitos à ordem	7 084,76	9 181,90
<b>Total</b>	<b>15 486,37</b>	<b>15 457,47</b>

A rubrica “Outros ativos financeiros” é constituída por depósitos a prazo, no montante de 470.319,54 Euros (2018: 472.382,82 Euros) cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias. Estes depósitos servem de colateral financeiro para garantir os empréstimos bancários e as contas correntes caucionadas (ver nota 12).



## 11 Capital próprio

### 11.1 Capital subscrito

A 31 de dezembro de 2019 a Entidade detinha um capital social subscrito de 50.00,00 Euros.

Acionistas	31.12.2019				
	Nº Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	24 750,00	24 750,00	24 750,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	20 000,00	20 000,00	20 000,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00
<b>Totais</b>	<b>10 000</b>	<b>100%</b>	<b>50 000,00</b>	<b>50 000,00</b>	<b>50 000,00</b>

Acionistas	31.12.2018				
	Nº de Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	24 750,00	24 750,00	24 750,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	20 000,00	20 000,00	20 000,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00
<b>Totais</b>	<b>10 000</b>	<b>100%</b>	<b>50 000,00</b>	<b>50 000,00</b>	<b>50 000,00</b>

### 11.2 Reservas Legais

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

No ano corrente não ocorreram quaisquer variações nesta rubrica por a mesma já se encontrar integralmente constituída.

### 11.3 Outras reservas

Esta rubrica inclui resultados disponíveis para distribuição aos acionistas após deliberação.

11.4 Resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados transitados	2019	2018
<b>Saldo em 01.01.</b>	<b>46 112,86</b>	<b>351 349,08</b>
<b>Aumentos do período</b>		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	0,00	8 381,55
<b>Total dos aumentos do período</b>	<b>0,00</b>	<b>8 381,55</b>
<b>Diminuições do período</b>		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	40 924,73	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	152 732,87	313 617,77
<b>Total das diminuições do período</b>	<b>193 657,60</b>	<b>313 617,77</b>
<b>Saldo em 31.12.</b>	<b>-147 544,74</b>	<b>46 112,86</b>

Por decisão da Assembleia Geral realizada em 17 de Julho, foram aprovadas as contas do ano findo em 31 de dezembro de 2019, tendo sido deliberado que o resultado líquido negativo desse período fosse transferido, integralmente, para a rubrica de "Resultados transitados", conforme.

Os montantes inscritos na rubrica "Outras alterações reconhecidas no capital próprio" resultam da correção de erros de períodos anteriores decorrentes de correções efetuadas nos subsídios à exploração reconhecidos, referentes à medida 1315, que abrangia os anos letivos 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019 (nota 3.2).

11.5 Outras variações nos capitais próprios

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outras variações nos capitais próprios	2019			2018		
	Subsídios	Ajustamentos Subsídios	Total	Subsídios	Ajustamentos Subsídios	Total
<b>Saldo em 01.01.</b>	<b>68 655,33</b>	<b>-14 417,62</b>	<b>54 237,71</b>	<b>82 386,38</b>	<b>-17 301,14</b>	<b>65 085,24</b>
<b>Aumentos do período</b>						
Reversão dos ajustamentos em subsídios	0,00	2 883,52	2 883,52	0,00	2 883,52	2 883,52
<b>Total dos aumentos do período</b>	<b>0,00</b>	<b>2 883,52</b>	<b>2 883,52</b>	<b>0,00</b>	<b>2 883,52</b>	<b>2 883,52</b>
<b>Diminuições do período</b>						
Imputação dos subsídios a rendimentos do ano	13 731,05	0,00	13 731,05	13 731,05	0,00	13 731,05
<b>Total das diminuições do período</b>	<b>13 731,05</b>	<b>0,00</b>	<b>13 731,05</b>	<b>13 731,05</b>	<b>0,00</b>	<b>13 731,05</b>
<b>Saldo em 31.12.</b>	<b>54 924,28</b>	<b>-11 534,10</b>	<b>43 390,18</b>	<b>68 655,33</b>	<b>-14 417,62</b>	<b>54 237,71</b>

(ver notas 14 e 19)

12 Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Data					
	31-12-2019			31-12-2018		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	234 595,46	81 173,24	315 768,70	317 778,84	77 224,32	395 003,16
Contas caucionadas	-	547 117,20	547 117,20	-	600 000,00	600 000,00
<b>Totais</b>	<b>234 595,46</b>	<b>628 290,44</b>	<b>862 885,90</b>	<b>317 778,84</b>	<b>677 224,32</b>	<b>995 003,16</b>

A Entidade não tem financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a 5 anos.

A Entidade encontra-se a cumprir os prazos previstos contratualmente para reembolso dos empréstimos bancários contratados.

(ver notas 6 e 10)

## 13 Fornecedores

O saldo desta rubrica, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, era constituído, essencialmente, por montantes a liquidar decorrentes de:

- Fornecimento de refeições escolares, no montante de 11.061,63 Euros (2018: 17.895,44 Euros); e,
- Serviços de revisão oficial de contas, montante de 4.093,71 Euros (2018: 2.583,27 Euros).

Esta rubrica inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 951,35 Euros conforme referido na nota 4.

## 14 Outras dívidas a pagar / Outros passivos correntes

Estas rubricas têm a seguinte composição:

RUBRICAS	Data					
	31-12-2019			31-12-2018		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ajustamentos subsídios	11 534,10	-	11 534,10	14 417,62	-	14 417,62
Remunerações a liquidar	-	41 726,47	41 726,47	-	41 726,47	41 726,47
Transportes	-	176 708,00	176 708,00	-	227 000,00	227 000,00
Juros a liquidar	-	1 873,20	1 873,20	-	1 957,70	1 957,70
Saldos credores de clientes	-	1 489,73	1 489,73	-	18 306,00	18 306,00
Outros	-	498,82	498,82	-	3 029,61	3 029,61
<b>Totais</b>	<b>11 534,10</b>	<b>222 296,22</b>	<b>233 830,32</b>	<b>14 417,62</b>	<b>292 019,78</b>	<b>306 437,40</b>

Esta rubrica inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 176.708 Euros, conforme referido na nota 4.

## 15 Prestação de serviços e réditos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	2019	2018
	Mercado interno	Mercado interno
Prestação de serviços	6 928,72	5 928,10
<b>Volume de negócios</b>	<b>6 928,72</b>	<b>5 928,10</b>
Juros	23,03	507,59
<b>Rédito</b>	<b>6 951,75</b>	<b>6 435,69</b>

*[Handwritten signature]*

## 16 Subsídios à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Ano	
	2019	2018
Medida 1315	310 901,58	666 616,18
Medida 1674	367 846,22	366 274,98
Medida 2116	285 614,83	99 513,18
Medida 2618	106 019,68	-
Outros	8 270,00	-
<b>Total</b>	<b>1 078 652,31</b>	<b>1 132 404,34</b>

Esta rubrica é constituída, essencialmente, por subsídios atribuídos pelo POCH relacionados com a formação profissional ministrada pela Entidade.

Do montante global reconhecido nesta rubrica, foi já submetido e aprovado (incluindo aprovações cuja data de decisão ocorreu durante o período subsequente) o montante de 731.401,61 Euros, o qual se pode detalhar da seguinte forma:

- Medida 1315, aprovado o montante de 311.180,95 Euros;
- Medida 1674, aprovado o montante de 232.177,86 Euros; e,
- Medida 2116, aprovado o montante de 188.042,80 Euros.

O valor remanescente de 347.250,70 Euros foi já submetido, aguardando-se aprovação.

## Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Ano	
	2019	2018
Gastos com alunos (inclui transportes, alimentação, etc.)	387 526,63	415 983,37
Honorários	226 590,56	209 923,35
Comunicação	18 637,77	22 451,89
Eletricidade	16 425,20	20 642,38
Publicidade e propaganda	15 433,94	11 717,03
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11 306,83	3 152,11
Material de escritório	7 367,35	10 557,14
Seguros	7 357,75	7 540,76
Conservação e reparação	6 683,78	26 400,17
Água	3 901,91	3 003,14
Trabalhos especializados	2 239,91	27 319,82
Limpeza, higiene e conforto	1 317,68	2 139,35
Deslocações e estadas	140,00	0,00
Contencioso e notariado	33,00	0,00
Combustíveis	0,00	13 962,01
Rendas e alugueres	0,00	900,28
Despesas de representação	0,00	47,82
<b>Total</b>	<b>704 962,31</b>	<b>775 740,62</b>

A variação nesta rubrica resulta, essencialmente, da transferência da frota para uma Entidade Relacionada, o que fez reduzir de forma substancial os gastos com combustíveis e com conservação e reparação.

Os "FSE" incluem transações com entidades relacionadas no montante de 261.642,27Euros, conforme referido na nota 4.

## 18 Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Ano	
	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	107 752,05	112 897,05
Remuneração do pessoal	115 265,47	130 988,49
Encargos sobre remunerações	56 621,22	59 680,15
Seguros	7 857,74	5 699,01
Outros gastos com pessoal	1 428,88	576,66
<b>Total</b>	<b>288 925,36</b>	<b>309 841,36</b>
<b>Nº médio de colaboradores</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
<b>Remuneração Média</b>	<b>22 225,03</b>	<b>22 131,53</b>

## 19 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Ano	
	2019	2018
Rendimentos suplementares	4 200,00	-
Outros	18 895,41	15 055,64
<b>Total</b>	<b>23 095,41</b>	<b>15 055,64</b>

A rubrica "Outros" inclui 13.731,05 Euros referente a imputação de subsídios para o investimento, conforme referido na nota 11.5.

## 20 Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Ano	
	2019	2018
Impostos	429,73	1 762,28
Outros	10 297,35	4 279,62
<b>Total</b>	<b>10 727,08</b>	<b>6 041,90</b>

A rubrica "Outros" inclui, essencialmente, correções relativas a períodos anteriores no montante de 8.601,70 Euros (2018: 3.078,70 Euros).

## 21 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Ano	
	2019	2018
Juros suportados	25 599,20	27 535,05
Outros gastos de financiamento	4 638,89	8 315,83
<b>Total</b>	<b>30 238,09</b>	<b>35 850,88</b>

A variação registada nesta rubrica resulta, essencialmente, da diminuição do capital em dívida e da renegociação das taxas de juro (ver nota 12).

## 22.1 Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de imposto dividido pelo lucro contabilístico.

Descrição	2019	2018
Resultado contabilístico antes de impostos (1)	13 375,02	(37 066,68)
Resultado líquido do período (2)	12 004,61	(40 924,73)
Gastos não dedutíveis (3)	9 263,99	3 400,00
Rendimentos não tributáveis (4)	0,00	0,00
Dedução de prejuízos fiscais (5)	(15 847,31)	0,00
Resultado tributável (6=1+3-4-5)	6 791,70	(33 666,68)
Taxa de imposto (7)	12,5% - 21%	17% - 21%
Imposto corrente (8=6*7)	848,96	0,00
Imposto diferido (9)	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período (10=8+9)	848,96	0,00
Benefícios fiscais (11)	0,00	0,00
Tributações autónomas (12)	521,45	3 858,05
Derrama (13)	0,00	0,00
Total do imposto do período (14=10+11+12+13)	1 370,41	3 858,05
Taxa efetiva de imposto (15=14/1)	10,2%	-

## 23 Acontecimentos após a data do balanço

### 23.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### 23.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

O surto do novo coronavírus (covid-19, na denominação oficial) que surgiu do nada na China, em finais de 2019 e, já se propagou à Europa é um importante foco de risco que terá, certamente, algum impacto nos dados de crescimento deste ano, podendo vir a causar danos na economia mundial em que os maiores constrangimentos poderão decorrer do desempenho financeiro e económico que a Entidade venha a obter, nomeadamente com a redução das vendas e serviços prestados decorrente de um abrandamento económico europeu e mundial, dada a interdependência das economias à escala global.





Perante este cenário, as projeções iniciais estimadas pelo Conselho de Administração da Entidade, poderão vir a ter que ser revistas, não sendo ainda possível quantificar os seus desvios. Apesar do presente cenário de incerteza, ainda que o impacto da pandemia, potencialmente possa ser significativo nos resultados financeiros do ano de 2020, o Conselho de Administração considera que o mesmo não colocará em causa a continuidade das suas operações nem os seus compromissos financeiros assumidos.

## 24 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Entidade não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2019, a Entidade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2019.

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos do art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Entidade não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

## 25 Outras informações

### 25.1 Garantias prestadas

No final do período de 2018 e 2019, a Entidade tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Descrição do facto que originou o pedido de "Garantias"	Banco	Beneficiário	Data	
			31-12-2019	31-12-2018
Conta corrente Caucionada	Millennium BCP	Millennium BCP	247 117,20	300 000,00
Conta corrente Caucionada	Caixa Geral Depósitos	Caixa Geral Depósitos	300 000,00	300 000,00
Empréstimo Médio e Longo Prazo	Crédito Agrícola	Crédito Agrícola	298 268,70	367 503,16
PME Investe CGD	Caixa Geral Depósitos	Caixa Geral Depósitos	17 500,00	27 500,00
<b>Totais</b>			<b>862 885,90</b>	<b>995 003,16</b>




## Termo de responsabilidade

A Administração, confirma que à data de 31 de dezembro de 2019, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

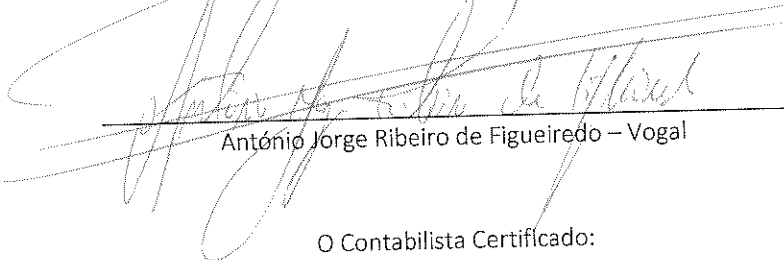
- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - PE, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Sernancelhe, 01 de Setembro 2020.

A Administração:

  
Ana Isabel Brás Chaves – Presidente do Conselho de Administração

  
Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal

  
António Jorge Ribeiro de Figueiredo – Vogal

O Contabilista Certificado:

  
(Carlos Manuel da Silva Pereira, CC 55091)